

Classe trabalhadora hoje: agente objetivo-subjetivo da superação ou categoria funcional do capital?

Attila Magno e Silva Barbosa *

“O idealista é incorrigível: se é expulso do céu, faz um ideal do seu inferno” (Friedrich Nietzsche).

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir como as mudanças ocorridas no mundo do trabalho em tempos de flexibilização produtiva promovem a fragilização do trabalho como fonte de identidade da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que produzem um tipo de consentido destes ao estado de coisas por elas promovido. Nesse sentido, partimos da tese de Robert Kurz de que a “classe operária” deve ser vista menos como o agente objetivo-subjetivo portador da superação do capital e mais como uma categoria funcional que lhe é imanente.

Palavras-chave: trabalho; classe trabalhadora; flexibilização produtiva; subjetividade.

Abstract

The aim of this article is discuss how the changes that have occurred in the world labor in times of flexible production have promoted a fragilization of work as source of labor class identity at the same time have produced a kind of workers consent to the situations that them promote. In that way, I support my argumentation based on the Robert Kurz's thesis that “labor class” must be seen less as objective-subjective agent responsible to surpass the capital power and more as a functional category that is immanent to it.

Key words: work; working class; productive flexibility; subjectivity.



* **ATTILA MAGNO E SILVA BARBOSA** é Professor Adjunto do Instituto de Sociologia e Política da UFPel.

Na tradição legada por Marx (2008) o trabalho é a categoria central para o entendimento da condição humana por ser a atividade social que permite aos seres humanos transformar, mediante planejamento, a natureza, ao mesmo tempo em que transforma a natureza humana. Nenhuma outra espécie animal é capaz de empreender tal feito por mais bem elaborado que seja o resultado de seus esforços, vide o célebre exemplo das abelhas. O que nas outras espécies seria uma ação resultante de impulsos instintivos, no homem é o resultado de uma ação previamente planejada em que o resultado se faz presente mentalmente antes da intervenção sobre a matéria-prima.

Em Marx, a reciprocidade transformadora (que é) inerente ao trabalho é o fator que o converte em elemento central da sociabilidade humana, mesmo porque, ele é criador de valores de uso e, por isso, como trabalho útil constituir-se-ia em condição de existência do homem independente da forma de organização social, isto é, uma eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza. O trabalho seria a categoria central da condição humana por ser seu fator constitutivo.

Nos anos de 1980, autores como Gorz (1987), Habermas (1987) e Offe (1989) passaram a advogar em favor da tese da perda da centralidade do trabalho como categoria fundamental à constituição da vida social no atual estágio do modo de produção capitalista. Alegam que a instabilidade na construção de um ambiente de vida social como uma



unidade subjetiva a partir da esfera social do trabalho estaria se tornando cada vez mais inútil em decorrência do tempo que os indivíduos a ela despendem. Ou seja, a identidade social e pessoal pela via do trabalho

estaria perdendo força no contexto do capitalismo flexível. A ocorrência disto decorreria das inovações tecnológicas e do fato das biografias individuais dos trabalhadores não necessariamente terem na formação profissional a realização de uma carreira a ela condizente. Para esses autores a esfera do trabalho perde sua posição de categoria central na sociedade e cede lugar àquilo que Habermas denomina de “esfera comunicativa”, onde as identidades se constroem mais fortemente a partir do “mundo da vida”, isto é, a partir de um conjunto de atividades que se realiza na interação intersubjetiva do dia a dia e não apenas na esfera institucional do trabalho.

Nós compartilhamos da idéia de que o trabalho é um elemento central para a reprodução do modo de produção capitalista, visto que, entre outras coisas, é fonte de valorização do capital, assim como representa para um grande contingente de indivíduos espalhados pelo planeta a principal forma de inscrição na vida social, principalmente quando consideramos que nos últimos dois séculos o modo de produção capitalista destitui ou debilitou significativamente quaisquer outras formas de reprodução da vida social fora do espectro de influência de sua lógica instrumental.

Todavia, não podemos deixar de reconhecer que com o advento da

produção flexível e das inovações técnico-gerenciais por ela promovidas, assim como, a exemplaridade da fábrica enxuta, a fragmentação crescente da classe trabalhadora, decorrente das transformações das relações salariais, a fragilização do poder de pressão dos sindicatos e a desmobilização dos movimentos operários nos últimos trinta anos, tem se tornado cada vez mais difícil para os indivíduos construir uma unidade subjetiva sólida pela via do trabalho, pois as trajetórias profissionais, devido à fragilização do contrato por tempo indeterminado de trabalho, tornam-se demasiado instáveis.

A situação de instabilidade que caracteriza as novas formas de emprego, surgidas no contexto da flexibilização produtiva e normatizadas nas últimas duas décadas do século XX sob a égide de políticas de inspiração neoliberal, tornou as trajetórias profissionais bastante imprevisíveis. Principalmente se comparadas com as trajetórias profissionais possíveis nos países nos quais, no decorrer de boa parte da segunda metade do século XX, o Estado do Bem-Estar Social¹ incorporou direitos conquistados pelas lutas da classe trabalhadora.

Como indica Bihr (1998), o cenário social produzido pela transformação das relações salariais dá ensejo a novas imagens proletárias, sendo que três grandes conjuntos são delineados: a) os proletários estáveis com garantias, uma

reminiscência do período fordista; b) os proletários excluídos do trabalho, aqueles condenados ao desemprego e à dependência da seguridade social e; c) uma massa flutuante de trabalhadores instáveis, na qual se incluem os trabalhadores em tempo parcial, os temporários, os informais e os terceirizados. Essas diferentes imagens dificultam a construção de uma identidade comum da classe trabalhadora, assim como também contribuem para o enfraquecimento dos sindicatos como agentes coletivos de defesa dos interesses dos trabalhadores.

O ‘assujeitamento consentido’ da classe trabalhadora

A lógica da flexibilização produtiva não apenas desmobiliza a classe trabalhadora pela via da fragmentação promovida por novas formas de contrato de trabalho, ela também produz o que Zarifian chama de um engajamento subjetivo, isto é, uma situação que possui duas faces, quais sejam: *“a da captação da atividade subjetiva do assalariado, sob uma forma renovada de relação de dominação, e a do sentido pessoal e coletivo dado à ação social, sob uma forma renovada de relação de emancipação”* (2002, p. 30). Qualquer análise que tente isolar uma face da outra está fadada a não compreensão desta realidade.

Os modelos de organização de trabalho inspirados nessa lógica tendem a promover um *“assujeitamento consentido”* dos trabalhadores, pois mesmo o envolvimento sendo forçado, *“no sentido de uma força que se exerce sobre a força do assalariado de maneira estruturalmente desigual”* (2002, p. 31), não é possível falar em ausência de liberdade, pois como advoga Zarifian:

¹ No Brasil, o pacto social fordista, isto é, o compromisso social entre Estado, capital e trabalho não foi plenamente efetivado, tão pouco generalizado, mesmo quando consideramos o sistema de proteções que fora conferido ao trabalhador por aquela situação que Santos (1987) denominou de “cidadania regulada”, visto que esta não teve a mesma abrangência do Estado do Bem Estar Social dos países da Europa ocidental.

(...) há a liberdade. E liberdade, em primeiro lugar, no *exercício da potência de pensar, agir e cooperar dos indivíduos-sujeitos* (que se tornam sujeitos nesse exercício). Todas as pesquisas que realizo, há mais seis anos, em grandes empresas de serviços me confirmam esta asserção: não somente os sujeitos demandam iniciativas, mas as exercem. O que há de novo é que a sociedade de controle, num movimento paradoxal, por deslegitimar e fluidificar a disciplina taylorista, amplia e mistura os devires em que se engajam os sujeitos: o devir não mais se limita à empresa que os emprega, combinando-se, muito mais diretamente que antes, com a pluralidade de devires, precisamente porque os espaços (a família, a escola, a fábrica, o hospital, etc.) deixam de ser fechados e, por conseguinte, os problemas que supostamente deveriam reger (ordenar) deixam de ser confinados e estritamente delimitados (2002, p. 31).

A adesão dos trabalhadores à lógica empresarial que sustenta esse estado de coisas ocorre a partir de uma abdicação relativamente consciente de um já distante projeto de classe, mas não com a abdicação da busca pela emancipação do indivíduo. Aos olhos daqueles que possuem uma visão monolítica da relação capital/trabalho, se esta situação parece caracterizar uma sujeição ideológica a um projeto que não seja o mais adequado aos (seus) “interesses” da classe trabalhadora, para os trabalhadores, no nível de suas vivências práticas, parece lhes conferir a sensação de fazer parte de uma coletividade que oportuniza, mesmo que de modo instável e potencialmente transitório, a sensação de transcender o pertencimento amorfo da condição de classe.

O enfraquecimento da ação política dos sindicatos e de sua capacidade de promover “solidariedade de classe” são consequências de um cenário social em que a hegemonia da racionalidade instrumental do mercado, apresentada como “neutra” pelos seus enaltecedores, converte a responsabilização dos indivíduos pela sua condição de empregabilidade em princípio ordenador do mundo social. Como consequência, o suposto “potencial revolucionário” da classe trabalhadora mais uma vez se mostra inconsistente devido à homologia entre os discursos que disseminam o ideário da responsabilização e o atual estágio de desenvolvimento técnico-material do capitalismo no que concerne a redução de empregos estáveis nos mais diversos setores industriais.

Nesse sentido, julgamos pertinente fazer referência à interpretação alternativa proposta por Hyman (1996) de que não estaríamos testemunhando uma crise do sindicalismo, mas sim uma crise do estilo e da orientação tradicionais do sindicalismo. Como nos lembra Hyman, a classe operária deve ser vista como uma abstração, ou se preferirmos usar uma linguagem weberiana, um tipo ideal, jamais como uma descrição ou generalização sociológica, caso contrário, a sua mitificação tende a ocultar a diferenciação, a divisão e a desunião que têm sido no decorrer da história do movimento sindical uma de suas características recorrentes.

Todavia, é preciso considerar que, certo discurso essencializador da classe trabalhadora como agente transformador definitivo sobrevive em alguns círculos de “iniciados” - menos vigoroso que no passado, é preciso que se diga, mas que ainda mantêm-se como tentativa revigoradora dessa mitificação, inclusive em certos círculos do campo

acadêmico. A esse respeito, nos alinhamos à tese de Kurz (1995) de que a “classe operária” deve ser vista menos como o agente objetivo-subjetivo portador da superação do capital e mais como uma categoria funcional que lhe é imanente.

Entendemos que, esse discurso essencializador contribui menos para a proposição de ações que permitam aos sindicatos, enquanto organizações representativas, promoverem mudanças no sentido de criar elos de identificação entre trabalhadores com os mais diferentes estatutos sociais, defendendo adequadamente os interesses tanto de empregados quanto de desempregados, e mais para a revitalização de uma narrativa da classe trabalhadora que se vê obrigada a agir de acordo com o seu “modo de ser”, seja lá o que isso queira dizer descritivamente e não prescritivamente, como é de praxe nesse espectro analítico. O discurso que atribui a inerência de sujeito histórico transformador à classe operária parece esquecer, ou tão somente omitir que:

A solidariedade não é nunca uma qualidade natural ou fixa, sempre é uma meta que, no melhor dos casos, resulta difícil de alcançar e é efêmera. (...) Crer no mito de uma época dourada prévia, de unidade proletária e solidariedade sindical sem problemas, distorce nossa percepção da dinâmica atual dos movimentos trabalhistas (Hyman, 1996, p. 20-21).

Assim, não é de se estranhar que com o enfraquecimento do estilo e da orientação tradicionais dos sindicatos, estes também se esvaziem como fonte de promoção da identidade social operária. Mesmo porque, como lembra Deleuze:

No capitalismo só uma coisa é universal, que é o mercado. Não há Estado universal, justamente porque

há um mercado universal no qual os Estados são os focos, as Bolsas. Ele não é mais universalizante, homogeneizante; é uma fantástica indústria de riqueza e de miséria. Não há Estado democrático que não esteja comprometido até a raiz com esta fabricação de miséria humana. A vergonha é que não dispomos de qualquer meio realmente eficaz de preservar, e mesmo desenvolver as transformações em nós mesmos. Em que se transformará um grupo, como ele se reinserirá na história: é o que impõem um perpétuo “cuidado”. Não mais dispomos de uma imagem do proletariado da qual bastaria tomar consciência (1992 p.213).

Em um terreno empírico cada vez mais movediço, como é o caso do mundo do trabalho, manifestar convicção de que o real pode ser explicado precipuamente por uma luta de classes em que os objetivos são fundamentalmente a manutenção e recondução das relações econômicas não parece uma postura de comprometimento com a compreensão efetiva do real, mas muito mais um comprometimento com um projeto político de uma fase da modernidade que não apenas não é mais possível de ser vivida, como tão pouco vivenciada por grande contingente daqueles que mais recentemente têm ingressado no mercado de trabalho. E aqui entendemos que esse tipo de percepção sobre a atual configuração do mundo do trabalho enquadra-se naquelas situações nas quais, parafraseando Nietzsche: *“convicções são inimigas da verdade mais perigosas que as mentiras”* (2007, p. 239). Se os ferrenhos defensores do capital pecam pelas “meias-verdades”, os arautos tardios do proletariado pecam pelas “convicções”.

Devido às diversas nuances da realidade social e às diversas formas de percebê-la, principalmente no nível das

vivências cotidianas dos trabalhadores afetados pelas estratégias produtoras de “assujeitamento consentido”, entendemos ser preciso considerar que em uma sociedade de indivíduos, coisa que o são as sociedades inscritas no legado do já combalido projeto da modernidade, para o bem ou para o mal:

Lado a lado com o desejo de ser alguém por si, ao qual a sociedade dos outros se opõe como algo externo e obstrutivo, frequentemente existe o desejo de estar inteiramente inserido na sociedade. A necessidade de se destacar caminha de mãos dadas com a necessidade de fazer parte. O sentimento de participar, de estar envolvido, muitas vezes se mistura com o de estar descomprometido, desligado – “Que me importa tudo isto?” [...] o objetivo de ser alguém único e incomparável é acompanhado, muitas vezes, pelo de não se destacar, de se conformar (Elias, 1994, p. 124).

Mesmo quando consideramos o caráter estratégico da produção de discursos empresariais que estimulam à adesão dos trabalhadores ao ideário organizacional das empresas, ou se preferirmos, do capital, não devemos jamais perder de vista que, nas sociedades inscritas nos desdobramentos do projeto da modernidade, a necessidade de fazer parte de uma coletividade caminha lado a lado com a necessidade de se diferenciar como indivíduo. Deste modo, o pertencimento ao quadro funcional de uma empresa de grande porte, por exemplo, apesar de nos dias de hoje ser potencialmente transitório, tem se convertido em um elemento de forte apelo na construção das identidades sociais dos trabalhadores. Até porque, o pertencimento ao proletariado não soa mais como dotado

da mesma potencialidade histórica de outrora.

Por isso, não compartilhamos da idéia de que o tipo de envolvimento produzido pelos novos modelos de gestão empresarial seja simplesmente produtor de um tipo de “alienação” mais sofisticada do que o existente no período fordista. Para nós, os trabalhadores, enquanto agentes sociais, por mais “alienados” que julgemos que o sejam, são dotados de capacidade cognitiva para reflexivamente compreenderem suas condições de vida e as conseqüências que delas decorrem e, por isso, desenvolvem estratégias múltiplas de inserção identitária que não apenas o pertencimento de classe.

Mesmo porque o que empiricamente nós testemunhamos no decorrer do século XX nas sociedades ocidentais de um modo geral, a despeito das tensões e resistências que permearam a relação capital/trabalho, foi o fato de que a maioria das vezes que foram propostos pactos sociais mitigadores das contradições inerentes a essa relação, os trabalhadores a eles aderiram, vide o pacto social fordista nos EUA e a experiência do Estado do Bem-Estar Social nos países da Europa Ocidental.

Considerações finais

Nós não podemos mais nos permitir cair na armadilha de tentar compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir de matrizes de pensamento que de modo bastante sutil e quiçá inconsciente, mesmo quando lhes assiste pertinência em suas críticas sobre os efeitos sociais deletérios do processo de flexibilização produtiva, tendem a mitificar o período fordista. Mitificação esta que, a despeito da exploração e do esvaziamento do conteúdo da realização subjetiva do trabalho, parece querer considerar que

neste período a classe trabalhadora teria estado mais cônica de seu papel de sujeito histórico a quem a posteridade reservara a condição de agente revolucionário definitivo. Como se a classe trabalhadora estivesse destinada a isto e não que tal destino não fosse uma narrativa socialmente construída, como qualquer outra no espectro social antagônico, e que, por isso, os que se apresentam como seus arautos não cansam de imputar a pecha de ideologias do capital e de entoar sem parecer se dar conta o *requiem aeternan* de um dos protagonistas da fase fordista da modernidade.

Nesse sentido, pensar um modelo de sociedade que pretenda ser efetivamente inclusivo e não um mero mitigador dos efeitos sociais deletérios do atual estágio de acumulação capitalista deve ter em seu horizonte cognitivo que a classe trabalhadora hoje não é dotada do potencial objetivo-subjetivo da superação do capital. As condições objetivas que possibilitavam tal situação não mais existem. Cabe aos interessados em brear o funcionamento da “fantástica indústria de riqueza e de miséria”, dar forma a uma perspectiva de cognição da realidade que faça desvanecer de vez o dualismo empobrecedor burguesia e proletariado.

O que a história nos tem ensinado nos últimos duzentos e cinquenta anos é que, em se tratando de modelos sociais, políticos e econômicos, as “verdades absolutas” são consideravelmente contingenciais. Se a utopia de uma sociedade sem desigualdades pode nos guiar rumo ao aperfeiçoamento ou a superação das iniquidades produzidas

pelo atual estágio de desenvolvimento capitalista, ela só pode enquanto horizonte heurístico e não como fórmula definida.

Referências

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1997. [...] HABERMAS, J. Trabalho & Sociedade. “A Nova Intransparência”. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, nº 18, p. 103-114, setembro, 1990.

HYMAN, R. Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera. **Revista Latinoamericana de Estudios do Trabalho**, ano 3, nº 5, São Paulo, Alast.

KURZ, R. **O pós-marxismo e o fetiche do trabalho**. Krisis 15. disponível na internet via <http://obeco.planetaclix.pt/>. Arquivo capturado em 28 de Dezembro de 2007.

MARX, K. **O Capital – Crítica da economia política**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NIETZSCHE, F. **Humano, demasiado humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OFFE, C. Trabalho como categoria fundamental. In: OFFE, Claus (Org.). **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, p. 167-197, 1989.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça social: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Campus, 1987

ZARIFIAN, P. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. **Novos Estudos CEBRAP, São Paulo**, p. 23-31, novembro, 2002.